

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (ORG.). URBANISMO ECOLÓGICO. SÃO PAULO: GG BRASIL, 2015.

Silvana Dudonis Vitorelo Iizuka
Doutora em Poéticas Visuais (USP)
silvana.iizuka@docente.unip.br

A questão da sustentabilidade é um tema atual e de extrema relevância em nossa sociedade. É notório que os recursos naturais são limitados, e cresce o apelo para a conscientização no aproveitamento deles – trata-se de conservar e melhorar o que restará às próximas gerações, e não apenas de reduzir consumos. No que se refere a planejamento, infraestrutura, arquitetura e urbanismo, a responsabilidade se torna ainda maior, pois são as áreas que consomem a maior parte dos recursos naturais existentes, tornando-se ainda mais desafiadora a necessidade de uma nova cultura vivencial e projetual, para responder com eficiência aos desafios sociais, econômicos e ambientais.

A contemporaneidade da publicação editada pelos arquitetos irlandeses Mostafavi e Doherty está, acima de tudo, na visão multidisciplinar, constituída pela compilação de textos selecionados (artigos, ensaios, conferências) do Simpósio sobre Urbanismo Ecológico realizado na Graduate School of Design, Universidade de Harvard (EUA), em 2009, em que se consolidou o termo **urbanismo ecológico**.

A cidade é demonstrada como principal *habitat* humano. Apesar dessa consciência, perdemos diversos sistemas ecossistêmicos pela própria fragmentação realizada no território e orientamos nossas decisões por uma visão economicista, que exclui valores da natureza, o que nos levou ao desequilíbrio dos extremos ambientais. Agora so-

mos impelidos a enfrentar as consequências com programas emergenciais. Não é mais possível postergar as mudanças de atitude e é necessário que as ações deixem de ser isoladas. A mudança tem que ser global.

As tomadas de decisão equivocadas, errôneas, nos fazem perceber que só há o urbanismo ecológico como alternativa, ou simplesmente não há viabilidade. A natureza não é um fator opcional. Contudo, a sustentabilidade urbana não parece fazer parte da cultura coletiva, como acontece com outras temáticas de sustentabilidade, ou seja, não parece fazer parte da realidade da cidade a ser enfrentada. Tratamos nossas cidades de forma ambígua e conflitante, como palco de vários entraves sociais.

O simpósio permitiu a diversidade de olhares – de arquitetos, planejadores, engenheiros, cientistas, economistas, paisagistas, sociólogos, estudiosos diversos, entre outros profissionais – e promoveu a possibilidade de observar de forma pluralista o sistema urbano sob a ótica ecológica. Há enfrentamentos importantes, como a administração pública e a infraestrutura energética – tratadas de forma muito distinta nas diferentes regiões globais, sobremaneira sob a perspectiva da legislação e da política adotada.

Uma das maiores contribuições da publicação permite refletir sobre a “nova ética e estética do meio urbano”, como os próprios organizadores

colocam, em busca de tecer métodos práticos e criativos para analisar o urbanismo e o desafio de tornar nossas cidades mais habitáveis e sociáveis. Tal qual uma análise comparativa de casos, ilustrados com imagens de projetos e fotografias, os textos explicativos diagnosticam fragilidades e potencialidades para as tomadas de decisão diante dos ambientes urbanos produtivos, considerando os recursos naturais e as implicações sociais. A tessitura entre os casos, vigorosamente distribuída, que, por vezes, estabelece uma linha condutora tênue, revela diversos aspectos comuns, que possibilitam estabelecer uma ordem de leitura coerente e lógica.

Há textos emblemáticos de Rem Koolhaas, Viñoly, Herzog e Meuron, que discorrem sobre origens do pensamento ecológico das cidades, densificação como foco para sustentar as cidades ao longo do tempo (aproveitando ao máximo infraestrutura, serviços e espaços livres), propostas voltadas para o futuro e reinserção de valores naturais nos meios mais urbanizados, para sustentabilidade das cidades, que promovam sempre um sentido catalisador e igualdades para o uso do bem público. O próprio meio é visto como fonte educadora.

Ao lado de textos sensíveis, poéticos e polêmicos, à luz da releitura da Carta de Atenas para cidades permeáveis e flexíveis quanto aos espaços e usos, podem-se ler outros como inspiração, com projetos arrojados e inovadores, que empolgam pela técnica e criatividade, com propostas para áreas consolidadas em sintonia com fatores naturais e construídos, enfatizando a necessidade da remodelação da indústria da construção em favor do ambiente e da humanidade. Essas contribuições textuais são necessárias para motivar e repensar especificidades e possibilidades de modelos replicáveis de boas soluções, em um intercâmbio de conhecimentos e experiências.

Nos autores brasileiros, há recorrência a questões sociais e econômicas, como enfrentamento dos dilemas habitacionais, sociabilização, acesso

à infraestrutura e embate com o meio natural – expostas através do olhar às favelas, às habitações de interesse social e aos espaços de uso público –, com caráter específico e peculiar a nossa cultura. Esse é o caso dos projetos apresentados pelos escritórios de arquitetura MMBB, Triptyque e MVRDV. Em outras palavras, as questões brasileiras estão ainda entranhadas nas sociais, e nosso enfrentamento das diferenças, no equilíbrio relacional entre social, cultural, ambiental, econômico e geopolítico.

Tal qual foi tratado no simpósio, a publicação organiza-se pelas linhas temáticas, que, em suma, são: ambientes urbanos produtivos; defesa dos recursos naturais; mobilidade, infraestrutura e sociedade; ecologias de escalas (conexão entre urbanismo sustentável e processos naturais); e ecologia da engenharia (experimentos).

Das temáticas, destaca-se para nossa realidade nacional a defesa dos recursos naturais, sobremaneira por discorrer sobre falta de planejamento na coleta de águas pluviais e sobre reciclagem nos processos industriais para diversos usos secundários. Enfatiza-se a realidade de que, apesar do alto regime de chuvas, não há estocagem pluvial, e muitas áreas tornam-se desérticas. Através de projetos ecológicos, é possível proteger e recuperar ambientes degradados, mas destaca-se a importância de as águas orientarem planos e projetos de infraestrutura, urbanos e paisagísticos.

Modelos ultrapassados de urbanismo, que primam pela estética sem função, sem interação com os processos naturais e a biodiversidade, que levam ao processo de gentrificação, foram considerados vetores que desencadeiam desertificação, deslizamentos, inundações e poluição, diminuindo a quantidade e a qualidade de vida. Dessa forma, os autores voltam-se para o objetivo comum, afirmando que o urbanismo ecológico é uma questão de sobrevivência, a necessidade de fazer melhor e diferente. Para ser ecológico, é necessário ser produtivo e funcional, valorizar o simples, reciclar o existente, ajudar a natureza a se recuperar.

Enfim, é o momento de mudar e enfrentar a realidade da cidade. O urbanismo ecológico se coloca como modelo prático.

Referência

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (Org.). *Urbanismo ecológico*. São Paulo: GG Brasil, 2015.